



TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

“Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de Engenharia Ambiental, para atendimento das demandas do Município de Sulina-PR.”

2. DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação tem por finalidade atender à necessidade do Município de Sulina/PR de dispor de suporte técnico especializado na área de Engenharia Ambiental, visando assegurar o adequado atendimento das demandas ambientais das diversas secretarias municipais. A complexidade crescente da legislação ambiental, aliada à necessidade de elaboração de pareceres técnicos, estudos ambientais, licenciamentos, relatórios, planos de recuperação de áreas degradadas e acompanhamento de processos perante órgãos ambientais competentes, exige a atuação de profissional legalmente habilitado e com conhecimento técnico específico.

A contratação por meio de horas técnicas mostra-se a solução mais adequada, pois permite ao Município utilizar os serviços de forma parcelada e sob demanda, conforme a necessidade efetiva da Administração, garantindo maior eficiência na aplicação dos recursos públicos. Tal modelo evita a manutenção de estrutura permanente para atividades de natureza variável e especializada, assegurando economicidade, flexibilidade operacional e melhor gerenciamento contratual. Além disso, o pagamento vinculado apenas às horas efetivamente executadas proporciona maior controle da despesa pública e observância aos princípios da eficiência e da vantajosidade.

A contratação também se justifica pela necessidade de garantir maior segurança técnica e jurídica às decisões administrativas relacionadas à gestão ambiental municipal, reduzindo riscos de passivos ambientais, autuações, sanções administrativas e prejuízos decorrentes do descumprimento da legislação vigente. Dessa forma, a contratação contribuirá diretamente para a regularização ambiental dos empreendimentos públicos, para a prevenção de impactos ambientais, para o fortalecimento da gestão ambiental municipal e para a promoção do desenvolvimento sustentável, atendendo plenamente ao interesse público e às diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

3. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se:

- **Lei Federal nº 14.133/2021** – Lei de Licitações e Contratos Administrativos.
- **Decreto Municipal nº 95/2023** – Elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares – ETP.
- **Decreto Municipal nº 96/2023** – Procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços.
- **Decreto Municipal nº 107/2023** – Regulamenta, no âmbito municipal, as sanções administrativas.
- **Decreto Municipal nº 91/2023** – Funcionamento da comissão de contratação e a atuação dos gestores e fiscais de contratos, da atuação da advocacia pública e do controle interno nas licitações e contratações, no âmbito da administração pública municipal.





- **Portaria Municipal nº 030/2025**– Nomeação de fiscais e gestores.

4. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS E DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Conforme pesquisa de preços e os demais documentos anexos, segue a estimativa de custos, bem como as especificações técnicas básicas:

VALOR ESTIMADO: R\$ 156.750,00 (cento e cinquenta e seis mil, setecentos e cinquenta reais).

Item	Descrição	UN	QTD	MEDIANA	TOTAL
1	Horas técnicas de engenheiro ambiental com encargos complementares	Hora	1.000	R\$ 156,75	R\$ 156.750,00
				TOTAL	R\$ 156.750,00

CATMAT 809

Havendo divergências entre a descrição do item e o CatMat, deverá prevalecer o prescrito no Termo de Referência.

5. DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Conforme parecer contábil datado de 15 de junho de 2026, segue:

DOTAÇÕES				
Exercício	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Valor das dotações
2026	2294	08.02.17.512.0020.2.038000.3.3.90.39.05.00.00	0 – Rec. Ord. Livres	R\$ 57.926,05
2026	1555	07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.39.05.00.00	0 – Rec. Ord. Livres	R\$ 310.581,40
2026	1556	07.01.26.782.0021.2.039000.3.3.90.39.05.00.00	504 – Royalties	R\$ 394.364,54

6. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

O objeto da presente licitação consiste na **contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos profissionais de Engenharia Ambiental**, por meio de disponibilização de **1.000 (mil) horas técnicas**, para atendimento das demandas do Município de Sulina/PR, conforme necessidade da Administração, durante a vigência contratual.

6.1. Especificação do Serviço

Prestação de serviços técnicos especializados de Engenharia Ambiental, compreendendo, entre outros, os seguintes serviços:

- Elaboração de **pareceres técnicos ambientais**;
- Realização de **estudos e diagnósticos ambientais**;





- Elaboração de **relatórios técnicos, laudos e memoriais descritivos**;
- Elaboração de **planos de recuperação de áreas degradadas (PRAD)**;
- Apoio em processos de **licenciamento ambiental e regularização ambiental**;
- Acompanhamento de processos administrativos junto a órgãos ambientais municipais, estaduais e federais;
- Atendimento de notificações, autos de infração e exigências técnicas de órgãos fiscalizadores;
- Realização de **vistorias, inspeções e levantamentos de campo**;
- Assessoria técnica para elaboração de projetos, convênios e ações de desenvolvimento sustentável;
- Emissão de documentos técnicos necessários à instrução de processos administrativos relacionados à área ambiental.

6.2. Quantidade Estimada

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
01	Horas técnicas de Engenheiro Ambiental com encargos complementares	Hora	1.000

6.3. Qualificação Técnica Mínima

A contratada deverá:

- Ser pessoa jurídica legalmente constituída;
- Possuir registro ativo no **CREA**;
- Possuir responsável técnico com formação em **Engenharia Ambiental** e registro profissional ativo no CREA;
- Apresentar **Certidão de Registro e Quitação** da empresa e do responsável técnico;
- Comprovar capacidade técnica mediante atestado(s) compatíveis com o objeto licitado.

6.4. Forma de Execução

Os serviços serão executados **sob demanda**, mediante solicitação formal da Administração Municipal, por meio do fiscal ou gestor do contrato, não havendo obrigação de utilização da totalidade das horas contratadas.

A prestação poderá ocorrer de forma:

- **Presencial**, nas dependências do Município ou em campo;
- **Remota**, por meios eletrônicos e digitais.

6.5. Medição e Pagamento





A medição será realizada com base nas **horas técnicas efetivamente executadas**, mediante apresentação de:

- Relatórios de atividades;
- Pareceres técnicos;
- Estudos e laudos;
- Documentos produzidos em decorrência das demandas.

O pagamento ocorrerá somente após atesto do fiscal do contrato.

6.6. Padrão de Qualidade

Todos os serviços deverão:

- Atender à legislação ambiental vigente;
- Observar normas técnicas da ABNT e órgãos reguladores;
- Conter fundamentação técnica adequada;
- Identificar claramente o responsável técnico;
- Possuir emissão de **ART – Anotação de Responsabilidade Técnica**, quando exigida.

6.7. Obrigações Complementares da Contratada

A contratada deverá:

- Manter sigilo sobre documentos e informações acessadas;
- Disponibilizar atendimento dentro dos prazos estabelecidos pela Administração;
- Arcar com deslocamentos necessários à execução dos serviços;
- Utilizar preferencialmente meios digitais para tramitação documental;
- Manter todas as condições de habilitação durante a vigência contratual.

6.8. Critérios de Aceitação

Os serviços serão considerados aceitos quando:

- Forem entregues dentro do prazo solicitado;
- Atenderem integralmente à demanda requisitada;
- Estiverem tecnicamente corretos;
- Forem aprovados pelo fiscal e/ou gestor do contrato.

Essas especificações técnicas estabelecem os requisitos mínimos de qualidade e desempenho necessários para garantir a seleção da proposta mais vantajosa e a adequada execução contratual, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021.





7. REQUISITOS GERAIS

A contratação deverá observar todos os requisitos legais, técnicos e operacionais necessários para garantir a adequada prestação dos serviços de Engenharia Ambiental, assegurando o atendimento das necessidades da Administração Municipal com eficiência, qualidade e segurança técnica. A empresa contratada deverá estar regularmente constituída, em situação regular perante os órgãos fiscais, trabalhistas e previdenciários, bem como manter durante toda a vigência contratual todas as condições de habilitação exigidas no processo licitatório.

A contratada deverá possuir capacidade técnica e operacional compatível com o objeto, dispondo de responsável técnico com formação em Engenharia Ambiental, devidamente registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com atribuições profissionais compatíveis com os serviços a serem executados. Também deverá comprovar experiência anterior na realização de atividades semelhantes, por meio de atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

Os serviços deverão ser executados sob demanda, mediante solicitação formal da Administração Municipal, observando os prazos estabelecidos, padrões técnicos de qualidade e exigências da legislação ambiental vigente. Todos os produtos técnicos elaborados, tais como pareceres, estudos, laudos, relatórios e projetos, deverão conter fundamentação técnica adequada, clareza nas informações apresentadas e identificação do responsável técnico, com emissão de ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, quando aplicável.

A contratada deverá garantir atendimento presencial e remoto, conforme a necessidade da Administração, incluindo visitas técnicas, inspeções e levantamentos de campo quando necessários. Os custos com deslocamento, equipamentos, materiais de apoio, softwares e demais insumos indispensáveis à execução contratual deverão estar inclusos no valor contratado, não sendo admitidos custos adicionais sem prévia autorização da Administração.

Como requisito de sustentabilidade e eficiência administrativa, deverá ser priorizada a utilização de meios digitais para comunicação, tramitação de documentos e entrega dos produtos técnicos, buscando a redução do consumo de papel e a racionalização de recursos. Além disso, a contratada deverá manter sigilo sobre todas as informações, documentos e dados institucionais aos quais tiver acesso em razão da execução contratual, responsabilizando-se pela confidencialidade e integridade das informações.

7.2 Documentação de habilitação

Para habilitação no certame, deverão ser exigidos os documentos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente:

Habilitação Jurídica

- contrato social ou documento equivalente;
- cartão CNPJ.

Regularidade Fiscal e Trabalhista





- certidões negativas Federal, Estadual e Municipal;
- certidão de regularidade do FGTS;
- certidão negativa de débitos trabalhistas (CNDT).

Qualificação Econômico-Financeira

- certidão negativa de falência e recuperação judicial.

Qualificação Técnica

- atestado de capacidade técnica compatível com o objeto;
- catálogo ou ficha técnica do equipamento ofertado.

Declarações

- declaração de inexistência de fatos impeditivos;
- declaração de cumprimento do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

8. DOS PRAZOS

O prazo de vigência do contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do instrumento contratual ou da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado sucessivamente, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que justificaram a contratação. Considerando a natureza continuada dos serviços de Engenharia Ambiental, a vigência contratual de 12 meses mostra-se adequada para garantir a continuidade do atendimento das demandas ambientais do Município.

Após o recebimento de cada solicitação formal emitida pela Administração Municipal, a contratada deverá iniciar a execução dos serviços no prazo máximo de **até 5 (cinco) dias úteis**, salvo situações de urgência devidamente justificadas, nas quais o atendimento poderá ser exigido em prazo inferior, conforme definido pelo fiscal ou gestor do contrato.

Os serviços técnicos demandados, tais como pareceres, laudos, estudos, relatórios ou demais documentos, deverão ser entregues dentro dos prazos estabelecidos pela Administração no momento da solicitação, observando a complexidade de cada demanda, o grau de urgência e as exigências legais aplicáveis. Havendo necessidade de prorrogação de prazo para conclusão de determinada demanda, esta deverá ser previamente justificada pela contratada e submetida à aprovação da fiscalização contratual.

O recebimento dos serviços ocorrerá de forma contínua, mediante conferência e atesto do fiscal do contrato, que verificará a conformidade técnica dos produtos entregues. Caso sejam identificadas inconsistências, falhas ou necessidade de ajustes, a contratada deverá realizar as correções solicitadas no prazo máximo de **até 3 (três) dias úteis**, ou em outro prazo razoável definido pela Administração, sem ônus adicional ao Município.

O pagamento será realizado conforme as horas técnicas efetivamente executadas e devidamente atestadas, em prazo a ser definido pelo setor financeiro da Administração, após





apresentação da nota fiscal e da documentação exigida para liquidação da despesa, observadas as disposições contratuais e legais aplicáveis.

9. DA PESQUISA DE PREÇOS

A pesquisa de preços para formação do valor estimado da presente contratação foi realizada em conformidade com o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e com o Decreto Municipal nº 96/2023, utilizando múltiplas fontes de consulta, a fim de assegurar maior confiabilidade e aderência aos preços praticados no mercado para serviços técnicos especializados de Engenharia Ambiental. Para tanto, foram considerados orçamentos obtidos junto a fornecedores do ramo, bem como valores provenientes de contratações similares realizadas por outros entes da Administração Pública.

No levantamento realizado, foram identificados os seguintes referenciais de preços por hora técnica: **R\$ 165,00**, obtido mediante orçamento de empresa especializada do setor; **R\$ 122,67**, referente à contratação pública realizada pelo Município de Três Coroas/RS; e **R\$ 156,75**, extraído de contratação similar firmada pelo Município de Lavras do Sul/RS. A diversidade das fontes consultadas permitiu maior segurança na formação do preço estimado, contemplando tanto a realidade do mercado privado quanto os valores praticados pela Administração Pública em contratações análogas.

Considerando que os valores levantados apresentaram variações decorrentes das particularidades de cada contratação, como escopo dos serviços, complexidade das atividades, localização geográfica e estrutura operacional das empresas, adotou-se como critério para estimativa o **valor mediano de R\$ 156,75 por hora técnica**, por representar de forma mais adequada o comportamento predominante do mercado e mitigar distorções causadas por valores extremos. Tal metodologia assegura equilíbrio entre economicidade e viabilidade contratual, favorecendo a ampla competitividade do certame e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Municipal.

10. DO PARCELAMENTO DO OBJETO

O não parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente mais vantajoso para a Administração, considerando que os serviços de Engenharia Ambiental possuem natureza integrada e exigem atuação contínua, coordenada e padronizada de um mesmo responsável técnico ao longo da execução contratual. A divisão do objeto entre múltiplos fornecedores poderia ocasionar fragmentação das atividades, divergência de entendimentos técnicos, inconsistências em pareceres e relatórios, além de dificultar o acompanhamento, a fiscalização e a responsabilização contratual. Assim, a contratação em item único assegura maior uniformidade metodológica, eficiência na execução dos serviços, melhor controle administrativo e maior segurança técnica e jurídica para o Município, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

11. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

Nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, o objeto da presente contratação enquadra-se como **serviço comum**, uma vez que os padrões de desempenho, qualidade e especificações técnicas necessárias à execução dos serviços de Engenharia





Ambiental podem ser objetivamente definidos no Termo de Referência, por meio de especificações usuais de mercado. Trata-se de serviço amplamente ofertado por empresas especializadas, cujas características técnicas, forma de execução, critérios de medição e requisitos de qualificação profissional são padronizáveis e passíveis de descrição clara e precisa no instrumento convocatório.

Embora envolva conhecimento técnico especializado, a contratação não possui natureza predominantemente singular nem exige solução inédita ou metodologia exclusiva, sendo possível estabelecer previamente as condições de prestação, os entregáveis esperados, os critérios de qualidade e as obrigações contratuais. Dessa forma, a seleção da proposta mais vantajosa poderá ocorrer com base em critérios objetivos de julgamento, assegurando competitividade, isonomia entre os licitantes e observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público, motivo pelo qual o objeto é adequadamente classificado como **serviço comum de natureza continuada**.

12. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

a) São obrigações do Contratado:

- a.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, da qual constarão as indicações referentes à marca, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;
- a.2.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078, de 1990);
- a.3.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- a.4.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo 24 horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- a.5.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com a Administração para gestão do contrato;
- a.6.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- a.7.** manter atualizados os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Certificado de Registro Cadastral de Fornecedores do Município, conforme legislação vigente;
- a.8.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- a.9.** arcar com o ônus decorrente de eventual erro no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando: houver alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração, retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento; interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração ou ainda aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal 14.133/2021, de 2021.

b) São obrigações do Município Contratante:

- b.1.** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- b.2.** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- b.3.** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;





- b.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as falhas, irregularidades ou imperfeições verificadas, fixando prazo para correção;
- b.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores designados;
- b.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e em seus anexos;
- b.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- b.8. prestar esclarecimentos e informações que venham a ser solicitados pelo Contratado, assim como emitir decisão sobre as solicitações e reclamações sobre a execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- b.9. ressarcir o Contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- b.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao órgão competente, para a apuração de eventuais ilícitos.

13. DA FORMA DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizado em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos, e mediante verificação da regularidade fiscal, observadas as disposições do Termo de Referência.

13.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

13.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da sua conta corrente, que deverá ser na instituição financeiro contratado pelo Município.

13.3 O prazo estabelecido no item "a" ficará suspenso na hipótese prevista no item 13, "d.1" das Condições Gerais do Pregão.

13.3.1 Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

13.4 As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município de Sulina, CNPJ 80.869.886/0001-43, Endereço Rua Tupinambá nº 68, bairro Centro, constando número do contrato e empenho, para fins de rastreabilidade.

14. DO CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

O fornecedor será selecionado por meio de procedimento licitatório na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, adotando-se como critério de julgamento o de **MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- a) É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:
 - Sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - Sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e





- Não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- b) A alteração subjetiva a que se refere o item anterior deverá ser formalizada através de termo aditivo ao contrato.

16. DA SUBCONTRATAÇÃO

Fica vedada a subcontratação total do objeto.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços técnicos especializados de Engenharia Ambiental sob demanda, bem como o baixo risco de inadimplemento capaz de comprometer significativamente a execução contratual, **não será exigida garantia de execução contratual**, nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021. Tal decisão fundamenta-se na avaliação de que a exigência de garantia, neste caso, poderia restringir a competitividade do certame e elevar os custos da contratação, sem trazer benefícios proporcionais à Administração. Ademais, a fiscalização contínua da execução, aliada às sanções administrativas e penalidades contratuais previstas no edital e no contrato, mostra-se suficiente para resguardar o interesse público e assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada.

18. DAS RETENÇÕES FISCAIS

18.1. A CONTRATANTE realizará as retenções do imposto de renda na fonte sobre todos os rendimentos pagos a qualquer título pelo ente público municipal, nos termos da Instrução Normativa nº. 1234/2012 da Receita Federal, a qual consolida o entendimento acerca da amplitude e efeitos do inciso I do artigo 58 da Constituição Federal de 1988.

18.2. Será aplicado a alíquota para retenção, conforme prevista na IN RFB nº. 1234/2012, e atualizações posteriores, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº. 9.430/96, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta Municipalidade.

18.3. As hipóteses de retenção do IR na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informados nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa de retenção, nos termos da IN RFB nº. 1234/2012.

18.4. As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição Federal de 1988.

19. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. O licitante e o Contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133, de 2021 e nos art. 3º e seguintes do Decreto nº 107/2023 sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

18.2. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 098/2023 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Departamento Jurídico.

20. DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

a) Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:





- a.1) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização;
- a.2) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- a.3) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- a.4) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- a.5) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Compras, Patrimônio e Material para a formalização dos procedimentos de que trata o art. 91 da Lei nº 14.133, de 2021, no prazo de, no mínimo, 30 (trinta) dias ou em tempo hábil;
- a.6) elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, quando cabível;
- a.7) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio do(s) fiscal(is);
- a.8) analisar a documentação que antecede o pagamento;
- a.9) analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- a.10) analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;
- a.11) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- a.12) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso;
- a.13) responder a solicitações e reclamações relacionadas à execução dos contratos;
- a.14) outras atividades compatíveis com a função.

b) O fiscal de contrato é, preferencialmente, o servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública designado pela autoridade máxima, ou por quem ela delegar, para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, a entrega dos materiais.

- b.1) O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- b.2) A verificação da adequação do cumprimento do contrato deverá ser realizada com base nos critérios previstos na legislação aplicável.
- b.3) O fiscal de contrato de obras e serviços de engenharia deverá ter formação nas áreas de engenharia e demais áreas correlatas, sendo que essa figura não se confunde com o fiscal da obra em si, o qual deverá ser engenheiro ou arquiteto com conhecimentos técnicos na área afim de aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo de prestação de serviços são compatíveis com os indicadores de níveis mínimos de desempenho estipulados, podendo ser auxiliado pelo fiscal do contrato.
- b.4) O fiscal de contrato terá as seguintes atribuições:
 - b.4.1) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
 - b.4.2) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - b.4.3) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexactidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;





b.4.4) informar ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

b.4.5) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

b.4.6) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

b.4.7) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

b.4.8) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

b.4.9) convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial, com a finalidade de apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para a execução do objeto, dentre outros que julgar pertinente, se for o caso.

c) Caberá ainda ao fiscal do contrato:

c.1) esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

c.2) expedir, através de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

c.3) proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;

c.4) adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;

c.5) conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;

c.6) proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;

c.7) determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;

c.8) exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;

c.9) determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;

c.10) receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

c.11) dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

c.12) verificar a correta aplicação dos materiais;

c.13) requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;

c.14) realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento provisório do objeto contratado, quando for o caso;

c.15) propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

c.16) anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

c.17) no caso de obras e serviços de engenharia, manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;





- c.18) visar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;
- c.19) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;
- c.20) outras atividades compatíveis com a função.
- d) A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- e) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- f) A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:
- f.1) os resultados alcançados em relação à contratada, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- f.2) os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;
- f.3) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- f.4) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;
- f.5) o cumprimento das demais obrigações decorrentes do contrato; e
- f.6) a satisfação do público usuário.
- g) O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- h) A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da contratada que contenha a relação detalhada deles, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.
- i) O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no instrumento convocatório e na legislação vigente, podendo culminar em extinção do contrato, conforme disposto no Capítulo VIII do Título III e Capítulo I do Título IV, ambos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- j) Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:
- j.1) no caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:
- a) recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195, §3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;
- b) recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;
- c) pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;
- d) fornecimento de vale-transporte e auxílio-alimentação, quando cabível;
- e) pagamento do 13º salário;
- f) concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;
- g) realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;
- h) eventuais cursos de treinamento e reciclagem;
- i) encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como a RAIS e o CAGED;
- j) cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e





k) cumprimento das demais obrigações dispostas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em relação aos empregados vinculados ao contrato.

j.2) No caso de cooperativas:

a) recolhimento da contribuição previdenciária do INSS em relação à parcela de responsabilidade do cooperado;

b) recolhimento da contribuição previdenciária em relação à parcela de responsabilidade da Cooperativa;

c) comprovante de distribuição de sobras e produção;

d) comprovante da aplicação do FATES – Fundo Assistência Técnica Educacional e Social;

e) comprovante da aplicação em fundo de reserva;

f) comprovação de criação do fundo para pagamento do 13º salário e férias; e

g) eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as sociedades cooperativas.

j.3) No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Cíveis de Interesse Público – OSCIP's e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

O Fiscal do Contrato, quando verificar problemas no nível de qualidade dos serviços, deverá intervir para corrigir ou aplicar sanções quando verificar um viés contínuo de desconformidade da prestação do serviço à qualidade exigida, no tocante de suas atribuições, conforme **Portaria Municipal nº 030/2025**, sendo:

SECRETARIA	VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS
SECRETARIO	DONIZETE MARQUES
GESTOR DO CONTRATO	MOACIR DA ROSA
FISCAL DO CONTRATO	DARLEI FORLIN
SECRETARIA	AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
SECRETARIO	CELSO JOSÉ GRIEBELER
GESTOR DO CONTRATO	CELSO JOSÉ GRIEBELER
FISCAL DO CONTRATO	GIOVANA MARTINELLI



Nome: Francimara Pires
Klassen
CPF: ***.637.459-**

Assinado com certificado digital avançado

FRANCIMARA PIRES KLASSEN
SETOR DE CONTRATAÇÕES
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

Documento assinado digitalmente em 15/06/2026 16:28:16
Acesse o endereço: <https://sl.cidade360.cloud/17frz> para
verificar a autenticidade.

